

| POLÍTICA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

MANUAL DO PROGRAMA MORADAS GERAIS

Manual Técnico, Operacional e de Engenharia
para Municípios Mineiros

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE)
Subsecretaria de Política de Habitação (SUBHAB)

2026



**MORADAS
GERAIS**
MELHORIAS HABITACIONAIS



**GOVERNO
DE MINAS**

AQUI O TREM PROSPERA.

Estrutura do Guia Técnico

Este documento foi organizado de forma progressiva, partindo dos conceitos fundamentais até os instrumentos práticos de engenharia e gestão.

- i** **Introdução**
Propósito e visão geral
- 01** **Contexto e Fundamentação**
Déficit habitacional e base legal
- 02** **Concepção do Programa**
Natureza, princípios e escopo
- 03** **Fluxo Operacional**
As 10 etapas do processo
- 04** **Base Técnica de Engenharia**
Diagnóstico e sistemas construtivos
- 05** **Orçamento e Medição**
SICOR-MG e regras de controle
- 06** **Fiscalização e Segurança**
Responsabilidades e normas
- 07** **Adesão e Governança**
Papel do município e modelos
- 08** **Anexos Técnicos**
Modelos e ferramentas de apoio
- 09** **Documentação**
Registros e transparência
- 10** **Desempenho**
Monitoramento de resultados

Propósito e Público-Alvo



Propósito do Manual

Apoiar os municípios mineiros que aderirem ao Programa Moradas Gerais, oferecendo um manual técnico para compreensão, planejamento, execução e acompanhamento das melhorias habitacionais previstas.



Destinatários do Manual

Este manual destina-se a gestores públicos, equipes técnicas municipais, fiscais de obras e empresas executoras contratadas.



Como Utilizar

Consulte este manual como uma referência contínua: verifique o **fluxo de etapas** para gestão, os **critérios técnicos** para diagnósticos e as **responsabilidades** para governança.



Perguntas que este manual responde

Este manual foi estruturado para sanar as dúvidas mais frequentes de gestores e técnicos, garantindo segurança jurídica e qualidade na execução das obras.



Responsabilidades

Quais são as atribuições do Estado e quais as do município?



Atendimento

Como funciona o fluxo de atendimento e seleção das famílias?



Objetivo

Que tipos de melhorias habitacionais podem ser realizadas?



Técnica

Quais são os critérios técnicos, normas e limites do programa?



Gestão

Como orçar, medir, fiscalizar, monitorar, prestar contas e avaliar?

01

SEÇÃO

Contexto, Fundamento e Justificativa

A inadequação habitacional em Minas Gerais e a justificativa da intervenção pública.

Déficit e Inadequação



Déficit Qualitativo

O Programa Moradas Gerais atua especificamente sobre o **componente qualitativo** do déficit habitacional. O objetivo não é construir novas casas, mas sanar as inadequações existentes.



Fatores de Inadequação

Compreende moradias com carências edilícias graves, como:

- Inexistência ou precariedade sanitária;
- Falta de ventilação e iluminação;
- Insegurança nas instalações (elétrica/hidráulica);
- Problemas de salubridade (umidade, mofo).
- Cobertura precária.



Base Metodológica

As instruções seguem os critérios da **Fundação João Pinheiro (Relatório Déficit Habitacional PnadC2022)** para caracterização da inadequação habitacional, garantindo que os recursos cheguem a quem realmente precisa.



O que o Programa Enfrenta na Prática

O diagnóstico técnico nas comunidades revela patologias graves que comprometem diretamente a saúde e a segurança das famílias, exigindo intervenções corretivas imediatas.

Resultado Esperado

Garantir segurança, salubridade e funcionalidade para cada moradia atendida.



Saneamento Precário

Banheiro inexistente, externo ou compartilhado, sem condições mínimas de higiene.



Cobertura Danificada

Telhados com infiltrações em túmulos, goteiras, madeiramento podre ou telhas quebradas.



Risco Elétrico

Fiação exposta, gambiarras, emendas perigosas e risco iminente de curto-circuito e incêndio.



Insalubridade

Ambientes sem ventilação e iluminação natural, com presença constante de umidade e mofo.



Improvisação

Soluções construtivas improvisadas e precárias, sem técnica, gerando instabilidade.



Ação Corretiva

O programa realiza o diagnóstico individualizado para eliminar essas inadequações.

Fundamento Legal e Normativo

O Programa Moradas Gerais está alicerçado em uma estrutura legal robusta, garantindo a legitimidade das ações, a segurança dos investimentos e a aplicação do direito à moradia.



Normas Estaduais e Federais



Constituição Federal, art. 6º

Consagra a moradia como um **direito social fundamental**, dever do Estado e base para a dignidade humana.



Lei Estadual nº 24.313/2023

Estabelecer a estrutura administrativa e a **competência da política habitacional** no âmbito do Estado de Minas Gerais.



PPAG 2024–2027 (Ação 4388)

Plano Plurianual de Ação Governamental que prevê orçamento específico para **melhorias habitacionais** e enfrentamento do déficit.



Lei nº 14.133/2021

Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, regendo as **contratações públicas** permitidas para execução das obras.



Decreto nº 48.523/2022 (SICOR-MG)

Sistema de Custos Referenciais de Obras, base obrigatória definida para os **orçamentos** das disciplinas.

Objetivos Estratégicos

O Programa Moradas Gerais foi concebido para contribuir na transformação habitacional de Minas Gerais por meio de metas claras e técnicas embasadas.



Pilares da Atuação



Reduzir Inadequação

Combater o componente qualitativo do déficit habitacional com técnicas adequadas e de alta eficácia.



Segurança e Salubridade

Priorizar a eliminação de riscos elétricos e sanitários, melhorando as condições de saúde das famílias, proporcionando segurança e bem estar.



Racionalização de Custos

Padronizar processos e soluções técnicas para otimizar o uso dos recursos públicos disponíveis.



Transparência

Promover uma fiscalização rigorosa, controle de qualidade e rastreabilidade de todas as etapas.

02

SEÇÃO

Concepção do Programa

Natureza, princípios técnicos e escopo das disciplinas.

Programa



Não é Produção Habitacional

O programa não contempla novas construções habitacionais. Não se destina a reassentamentos ou expansão de conjuntos habitacionais, mas sim a melhoria habitacional.



Melhoria Incremental e Corretiva

Foca em melhorias pontuais para **corrigir falhas** construtivas, sanitárias e de segurança, promovendo a habitabilidade imediata da edificação existente.



Escopo Sob Medida

Cada intervenção é única, definida a partir de um **diagnóstico técnico individualizado** que identifica as prioridades críticas daquela moradia específica, definido em diálogo com a família residente.



Princípios Técnicos

O programa é norteado por critérios rigorosos para garantir a eficiência dos recursos públicos e a efetividade das melhorias.

✓ 5 Pilares de Atuação



Intervenção Mínima Necessária

Foco estrito na resolução das inadequações prioritárias, evitando obras supérfluas ou meramente estéticas.



Prioridade Segurança e Salubridade

Ações que eliminam riscos à vida e à saúde dos moradores são obrigatórias.



Compatibilidade Construtiva

As soluções técnicas devem dialogar com os sistemas construtivos pré-existent da moradia.



Adequação à Habitação

Respeito à realidade física e estrutural do imóvel, adaptando a melhoria ao local.



Racionalização de Custos

Otimização do orçamento para atender ao maior número de beneficiários com qualidade abrangendo os problemas diagnosticados.

Escopo e Limites do Atendimento

Definições claras sobre o que é elegível para intervenção no programa



O QUE PODE SER FEITO



Reparos Estruturais Simples

Correções pontuais que não comprometem a estabilidade global.



Cobertura e Telhado

Substituição de telhas, reparações em madeiramento, calhas e rufos.



Instalações Elétricas e Hidráulicas

Adequação de estruturas, quadros, tubulações e instalações básicas.



Sanitário (Banheiro)

Construção ou reforma completa para garantir acesso ao saneamento básico e salubridade.



Impermeabilização e Ventilação

Tratamento de umidade e melhoria da circulação de ar através de instalações de janelas.



O QUE NÃO PODE SER FEITO



Ampliação de Área Construída

O programa foca na melhoria do existente, não em expansão.



Regularização Fundiária

Ações jurídicas de titulação não fazem parte do escopo.



Reforço Estrutural Complexo

Intervenções que exijam projetos estruturais avançados ou de alto risco.

Demolição Total e Reconstrução

O programa é de melhoria habitacional, não de produção de novas unidades.



Obras em Áreas de Risco

Imóveis em áreas de risco geotécnico ou de inundação não são elegíveis.

03

SEÇÃO

Fluxo Operacional Padronizado

O processo completo em 10 etapas: do planejamento inicial e seleção das famílias até o encerramento das melhorias e finalização.

Processo de Atendimento em 10 Etapas

Do planejamento municipal ao encerramento administrativo



Planejamento e Visita Técnica



1. Planejamento e Seleção

Consolidação da base de beneficiários via **CadÚnico** e critérios sociais (consultar Resolução Técnica atualizada). Priorização das famílias por grau de inadequação habitacional e organização logística das rotas de vistoria por território.



2. Visita Técnica Inicial

Atividade central desenvolvida por profissionais habilitados. Inclui inspeção visual e técnica minuciosa de todos os ambientes para identificar patologias construtivas e riscos.



Registro e Abordagem

Elaboração de **croqui simplificado** e registro fotográfico sistemático. O diálogo com a família deve ser técnico e orientado, **sem promessa de escopo** antes da validação orçamentária.

ETAPAS 1 E 2



Transformação

A qualidade do diagnóstico inicial determina a eficácia da intervenção e a aplicação correta dos recursos públicos.

Etapas 3 e 4: Diagnóstico e Orçamento



Consolidação do Diagnóstico

- Organização da pasta com informações técnicas da unidade
- Classificação do tipo de inadequação
- Identificação de impedimentos técnicos (se houver)
- Decisão Técnica: Edificação Apta ou Inapta



Orçamento Individualizado

- Definição precisa dos serviços necessários
- Composição via tabela oficial SICOR-MG
- Respeitar o valor máximo estabelecido pelo programa
- Conversão em Unidade de Serviço
- Revisão e validação técnica interna



Etapas 5 e 6: Da Ordem de Serviço à Obra

Este é o momento crítico de transição entre o planejamento e a execução física. Garantir a formalização contratual e a concordância da família com as intervenções propostas.



Processos Obrigatórios



Emissão da O.S

Geração formal da Ordem de Serviço no sistema e encaminhamento oficial para empresa executora.



Dossiê Técnico

Anexação obrigatória do relatório técnico de vistoria, planilha orçamentária e registros fotográficos.



Contato e Agendamento

Comunicação com o beneficiário para agendar uma visita de conferência e explicar os próximos passos.



Visita 2

Validação in loco do escopo proposto junto com a família, esclarecendo o que será feito e o que não será feito.



Assinaturas

Coleta de assinatura dos Termos e Autorizações pelo responsável familiar.



Liberação para início

Autorização formal para mobilização da empresa, implantação do canteiro de obras e início dos serviços.

ETAPAS 7 E 8

Execução e Fiscalização



Execução da Obra

Implantação do canteiro de obras e execução rigorosa dos serviços em conformidade com o escopo proposto na Ordem de Serviço, respeitando todas as normas técnicas e de segurança (NR-18).



Fiscalização Periódica

O fiscal do município deve realizar vistorias regulares para verificar a qualidade dos materiais, a técnica construtiva empregada e o cumprimento do cronograma físico-financeiro.



Gestão de Não Conformidades

Qualquer divergência identificada deve ser registrada formalmente. A empresa executora deve realizar as correções solicitadas, antes da finalização e do envio de boletim de medição e pagamentos.



Vistoria Final e Encerramento



Visita de Finalização

Realização de vistoria minuciosa para verificar se todos os itens da Ordem de Serviço foram executados conforme especificações técnicas e normas de qualidade, testando a funcionalidade das instalações.



Termo de Encerramento

Formalização da entrega da obra mediante assinatura do Termo de Encerramento, Aceite Definitivo e Avaliação, assinado pelo responsável técnico, e pelo beneficiário titular.



Encerramento Administrativo

Processamento da medição final (100%), liberação do pagamento à empresa executora e arquivamento definitivo do dossiê da unidade habitacional com todos os registros fotográficos e documentais, e divulgação.



04

SEÇÃO

Base Técnica de Engenharia e Arquitetura

Diagnóstico e diretrizes técnicas mínimas.

Sistema Estrutural

A avaliação da estabilidade é o primeiro passo da vistoria. Edificações com risco de colapso não são elegíveis para melhorias habitacionais do programa.



Pontos de inspeção



Tipologia Predominante

Identifique se a estrutura é de alvenaria portante, concreto armado, estrutura mista ou materiais precários/improvisados.



Patologias Visíveis

Verificar a presença de trincas estruturais (45°), fissuras ativas em evolução e sinais evidentes de recalque de fundação.



Estabilidade Global

Avaliar o prumo das paredes, a robustez de pilares improvisados e a condição de fundações que estão expostas.



Sinal de Carga

Verificar a existência de estrutura que suporte novas cargas, como substituição de telhados leves por pesados ou caixas d'água.



Critério de Exclusão (Desclassificação)

Edificações com **risco estrutural grave** serão consideradas **INAPTAS**. O programa não abrange cobertura total (laje) ou reforços estruturais complexos. A desclassificação exige laudo técnico do responsável técnico do município, justificando a inaptidão.

Diagnóstico: Sistema de Cobertura



Tipo de Telhamento

identificar material (cerâmica, fibrocimento, metálico) e estado de conservação. Verificar peças quebradas, deslocadas ou porosas que permitam a passagem de água.



Estrutura de Sustentação

Inspecionar vigas, caibros, terças e ripas. Atentar para sinais de cupins, apodrecimento por umidade, deformações excessivas ou subdimensionamento.



Estanqueidade e Drenagem

Avaliar existência e condição de calhas, rufos e condutores. Verifique pontos de infiltração ativa que comprometam forros e paredes.



Ventilação

Verifique a ventilação do entreforro e do ambiente interno para evitar condensação, mofo e superaquecimento, garantindo a salubridade da edificação.



Diagnóstico: Hidráulico e Sanitário

A verificação das instalações hidrossanitárias é crucial para garantir a salubridade da habitação e a saúde das famílias.

→ Pontos de inspeção



Abastecimento de Água

identificar a origem: rede pública (COPASA/SAAE), poço artesiano, cisterna ou captação direta. Verifique qualidade e regularidade.



Banheiro Exclusivo

Verifique a existência de banheiro de uso exclusivo da família, suas condições de uso, privacidade e higiene.



Esgotamento Sanitário

Checar o destino do esgoto: rede pública de coleta, fossa séptica, fossa rudimentar ou lançamento irregular (céu aberto/corso d'água).



Instalações Aparentes

Avaliar o estado de conservação de tubulações expostas, conexões, vazamentos visíveis e improvisações (gambiarras).

Sistema Elétrico

A vistoria deve priorizar a segurança de riscos iminentes à segurança dos moradores, focando na conformidade mínima com a NBR 5410 e na eliminação de "gambiarras".



Prioridade máxima: Segurança contra Incêndio e Choques



Circuito de Entrada

Verificação da caixa de medição, estado do ramal de entrada e existência de aterramento funcional.



Quadro e Distribuição

Análise do quadro de distribuição, dimensionamento dos interruptores e proteção mecânica (barramento).



Fiação e Cargas

Identificação de bitolas subdimensionadas, fios expostos, emendas precárias e sinais de sobrecarga.



Riscos Críticos

Levantamento imediato de pontos com risco iminente de curto-circuito e incêndio.

Diagnóstico: Salubridade

A salubridade impacta diretamente a saúde da família. O diagnóstico deve identificar focos de insalubridade e propor soluções corretivas imediatas para garantir um ambiente saudável.

→ Pontos de verificação



Ventilação

Avaliação da suficiência de janelas e aberturas para garantir trocas de ar constantes e entrada de luz solar em todos os ambientes de permanência.



Umidade e Infiltrações

Identificação rigorosa de umidade ascendente (capilaridade), infiltrações provenientes da cobertura ou vazamentos de tubulações embutidas.



Revestimentos e Limpeza

Verificação do estado de conservação de pisos e paredes, focando na facilidade de higienização e na prevenção de acúmulo de fungos e bactérias (instalação de revestimentos).



Soluções Técnicas

Proposição de medidas como ventilação cruzada (novas aberturas), impermeabilização de baldrame e regularização de superfícies porosas.

Normas Técnicas Obrigatórias

A observância das normas técnicas não é opcional. Todas as disciplinas do Projeto Moradas Gerais devem seguir rigorosamente os padrões de desempenho e segurança da ABNT e do Ministério do Trabalho.



Responsabilidade Técnica

O não cumprimento das normas acarreta responsabilidade civil e criminal para o responsável técnico e a empresa executora.



Contratual

Estas normas integram o escopo contratual entre município e empresa executora.

Quadro de Normas Aplicáveis

Atualizado 2026



ABNT NBR 15575

desempenho

Edificações Habitacionais - Desempenho (requisitos gerais para todos os sistemas)



ABNT NBR 5410

elétrico

Instalações elétricas de baixa tensão (segurança, aterramento e dimensionamento)



ABNT NBR 5626

Hidráulica

Instalação predial de água fria (materiais, execução e estanqueidade)



ABNT NBR 8160

Sanitário

Sistemas prediais de esgoto sanitário (projeto e execução)



ABNT NBR 9575 e 9574

Impermeabilização

Impermeabilização - Seleção e projeto / Execução de impermeabilização

Lista não exaustiva. Outras normas específicas podem ser aplicadas conforme o caso.

Limites Técnicos das Intervenções

O Programa Moradas Gerais prioriza intervenções **simples, corretivas e de baixo risco**. Certas obras fogem ao escopo de complexidade técnica, custo ou questões legais.



Ampliação de Área

O programa não contempla construção de novos cômodos ou aumento da área construída.



Regularização Fundiária

Custos e processos jurídicos para titulação de propriedade não são cobertos.



Reforço Estrutural Complexo

Estruturas com risco iminente de colapso que exijam projetos complexos são inelegíveis.



Demolição e Reconstrução

Não é permitida a demolição total da unidade para residência de uma nova.



Obras em Áreas de Risco Geotécnico

Moradias situadas em áreas mapeadas como de risco geológico (deslizamentos, solapamentos) não podem receber intervenções antes da contenção de risco pelo município.

05

SEÇÃO

Orçamento, Medição e Controle Técnico

Regras para compensar, medir e pagar.

Lógica Orçamentária

O orçamento do programa garante a transparência e a aplicação correta dos recursos públicos, garantindo que cada centavo seja revertido em melhorias reais. O valor máximo por habitação é padronizado devendo ser respeitado.

→ Pilares



Orçamento Individualizado

Elaboração de planilha específica para cada unidade habitacional (HU), baseada no diagnóstico técnico in loco.



SICOR-MG

Utilização obrigatória do Sistema de Custos Referenciais de Obras do Estado de Minas Gerais como base (sem desoneração - utilizando a base vigente).



Conversão

Conversão dos valores monetários em Unidade de Serviço (US) para padronização contratual e avaliações.



Aplicação de BDI Único

Adoção de taxa única de Bonificações e Despesas Indiretas para garantir isonomia entre os executores.



Registro e Revisão Interna

Processo sistemático de cadastro e validação técnica dos orçamentos antes da emissão da O.S.

Rigor na Medição

O pagamento dos serviços está condicionado à comprovação da execução. A transparência e a rastreabilidade são fundamentais para a aprovação das contas.



Básico

"Obra medida é obra realizada e comprovada." Não há adiantamentos sem contrapartida física.



Evidência Visual

O registro fotográfico não é burocracia, é uma garantia jurídica da realização do serviço e da aplicação correta do recurso público.

Critérios de Medição e Aceite

Obrigatório



Vinculação à Execução Efetiva

Critério #1

O pagamento só é liberado após a conclusão física da etapa ou serviço. As metas parciais deverão cumprir o cronograma físico-financeiro.



Vedada Medição por Estimativa

Proibido

É proibido medir serviços "a executar" ou baseados em promessas futuras. A medição deve refletir a realidade atual da obra.



No Local

Fiscalização

A validação da medição exige a presença física do fiscal na obra para atestar a conformidade técnica e a quantidade produzida.



Registro Fotográfico Completo

Documentação

Obrigatório apresentar fotos datadas e geo-referenciadas de três momentos: **ANTES** (situação original), **DURANTE** (execução) e **DEPOIS** (conclusão).

A conformidade destes itens é pré-requisito para o pagamento da empresa executora.

06

SEÇÃO

Fiscalização, Segurança e Responsabilidades

Papéis do fiscal, da empresa executora e das famílias beneficiadas.

Fiscalização Técnica

A atuação do fiscal é determinante para garantir que os recursos públicos resultem em moradias seguras e dignas. O fiscal deve acompanhar rigorosamente cada etapa.



Atribuições Obrigatórias



Conformidade Técnica

Verificar se a execução segue rigorosamente a planilha, o orçamento aprovado e as normas da ABNT.



Avaliação de Materiais

Inspecionar a qualidade dos materiais entregues na obra, rejeitando itens fora da técnica concebida e de baixa qualidade.



Segurança na Execução

Garantir o uso de EPIs e EPCs, além da organização do canteiro para evitar acidentes com trabalhadores e moradores.



Registro de Não Conformidades

Documentar formalmente falhas ou desvios, exigindo correção imediata pela empresa executora antes do pagamento.



Autorização de Medições e Aceite

Validar os serviços efetivamente executados para fins de pagamento e emitir o Termo de Aceite Final apenas após total conformidade.

Segurança do Trabalho

A segurança nos canteiros de melhorias habitacionais não é negociável. Mesmo em obras de pequeno porte, os riscos de queda, choque elétrico e acidentes devem ser mitigados proativamente.



Risco Grave e Iminente

A identificação de risco grave sem proteção acarreta a paralisação imediata da obra e retenção de pagamentos.



Cultura de Prevenção

A empresa deve garantir que todos os trabalhadores utilizem EPIs adequados e respeitem os procedimentos de segurança durante toda a execução.

Checklist de Requisitos de Segurança

Obrigatório



Normas Regulamentadoras (NRs)

Legislação

Cumprimento integral da NR-18 (Indústria da Construção) e observância das NR-06 (EPI), NR-10 (Elétrica) e NR-35 (Altura).



EPCs e EPIs Obrigatórios

Proteção

Fornecimento e fiscalização do uso de: capacetes, botas, óculos, luvas (EPIs) e instalação de sinalização/tapumes (EPCs).



Bloco e APR

Gestão

Definição do plano de ataque e elaboração de Análise Preliminar de Risco (APR) antes de atividades críticas.



cabeçalho de Energia e Altura

Crítico

Desenergização obrigatória para reparos elétricos. Uso de cinto de segurança e linha de vida para trabalhos acima de 2m.

A segurança é responsabilidade solidária, mas a implementação é dever da empresa executora com apoio da fiscalização.

07

SEÇÃO

Adesão, Governança e Papel dos Municípios

Formas de participação, modelos de gestão e arranjos institucionais para execução do programa.

Modelos de Adesão ao Programa

O Programa Moradas Gerais oferece facilidade para que cada município encontre o arranjo institucional mais adequado à sua capacidade administrativa e financeira.

Independentemente do modelo escolhido, o foco permanece na qualidade técnica com impacto social positivo.



1. Convênio com a SEDESE

Modelo tradicional de parceria onde há transferência de recursos estaduais para o fundo municipal. Exige plano de trabalho aprovado e contrapartida municipal conforme legislação vigente.



2. Execução Descentralizada (Recursos Próprios)

O município utiliza recursos do próprio tesouro municipal para cuidar das melhorias, mas adere formalmente ao programa para utilizar a "marca", uma metodologia e receber apoio institucional.



3. Replicação Metodológica via Licitação Local

O município realiza seus próprios processos licitatórios adotando integralmente os cadernos técnicos, especificações e modelos de editais das Moradas Gerais.



Requisitos Obrigatórios para Todos os Modelos

- ✓ **Aderência às Diretrizes Técnicas:** Execução conforme manual.
- ✓ **Referência Orçamentária:** Uso obrigatório do SICOR-MG.

Estrutura de Responsabilidades

Fluxo de governança e atribuições dos atores envolvidos no programa.



Equipe Técnica Mínima Recomendada

Para garantir a celeridade, a qualidade técnica e a correta aplicação dos recursos, é imprescindível que o município designe uma equipe à gestão operacional do programa.



Responsável Técnico

1 Engenheiro(a) ou Arquiteto(a)

Responsável pela validação dos diagnósticos, emissão de ART/RRT, fiscalização da qualidade e segurança das intervenções.



Apoio Operacional

1 Técnico(a) de Apoio

Suporte no levantamento de campo, cadastro das famílias, realização de detalhes detalhados e elaboração de registros fotográficos.



Gestão Administrativa

1 Gestor(a) do Programa

Coordenação geral, articulação institucional, controle de prazos, gestão financeira e prestação de contas.



Competências Essenciais

- ▶ Diagnóstico Técnico Preciso
- ▶ Orçamentação (SICOR-MG)
- ▶ Fiscalização de Obras
- ▶ Comunicação Social e Escuta

Transparência

A padronização documental garante a rastreabilidade das decisões técnicas e a aplicação correta dos recursos. A organização deve permitir auditorias a qualquer tempo.



Arquivamento Digital

Organização digital obrigatória por beneficiários (pasta individual), contendo todo o histórico da intervenção.



Prestação de Contas

A documentação completa é requisito para a liberação de pagamentos e aprovação final das contas do convênio ou contrato.

Lista de verificação de documentação

Obrigatório

ANEXOS TÉCNICOS RECOMENDADOS



Checklist Técnico de Vistoria

Roteiro padronizado para inspeção inicial



Modelo de Relatório Fotográfico

Modelo para registro visual sistemático



Modelo de Planilha SICOR

Referência para composição de custos unitários

DOSSIÊ OBRIGATÓRIO POR UNIDADE



Relatório Técnico de Vistoria

Diagnóstico fundamentado da inadequação

Toda documentação deve estar disponível para órgãos de controle interno e externo.

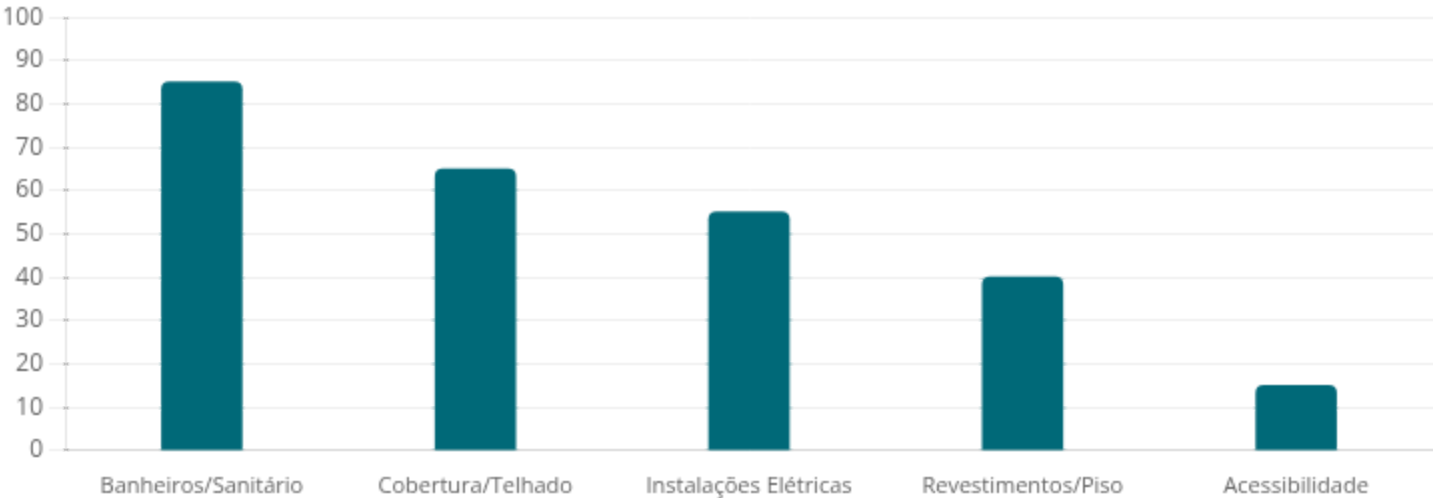
Monitoramento

Indicadores-chave de desempenho (KPIs) para gestão municipal

ATUALIZAÇÃO MENSAL



Tipologias de Intervenção (Distribuição Estimada)



Compromisso com a Dignidade